

Proposta de Plano de Trabalho

Projeto “Desenvolvimento Nacional e Dinâmicas Regionais”.

Região Norte

1. **Responsável:** Guilherme Augusto Vicenti Dias.
2. **Tutora - Dra.** Denise Lobato Gentil.
3. **Diretoria de Estudos Macroeconômicos**
4. **Região:** Norte – **Núcleo:** Belém/PA
5. **Período:** 2 anos (2010-11)
6. **Contextualização:**

A região Norte do país é a menos desenvolvida do país, por razões: histórica, geográfica e da falta de ação coordenada pelo governo central das políticas públicas voltadas para essa região.

Este potencial de atividades econômicas, adormecido e ainda não explorado, nas suas muitas possibilidades, principalmente, relacionados às atividades: turismo, exploração e conservação da água doce, exploração e beneficiamento dos minérios, geração e fornecimento de energia limpa, pesquisa e produção dos farmacológicos, estudos sobre a fauna e a flora, estudos sobre mudança climática, bem como, novas técnicas e inovações que garanta a preservação do meio ambiente e seus usos exemplo do fitogenéticos, transformadas em benefícios da sociedade brasileira e até mesmo mundial.

No aspecto econômico um dos maiores dilemas da região Norte que deve ser enfrentado é a questão do conflito entre: desenvolvimento econômico X preservação da floresta.

A posição geográfica da região Norte é de suma importância na questão da defesa nacional do Brasil. E sobre esse tema são duas posições geográficas que são estratégicas e merece destaque: 1) região oeste que dá para a Cordilheira dos Andes, onde está à nascente do Rio Amazonas; 2) região noroeste que dá para o Oceano Atlântico, por consequência, acesso ao território brasileiro.

Esta região do Brasil guarda peculiaridades nos aspectos da sua composição étnica e cultural. Perpassa até pelo fenômeno da natureza como é o caso do movimento das águas pelas margens dos rios que segue adentro do território. Exige, assim, que a política pública deva atentar para as particularidades, quando da implantação de projetos.

Por causa da dimensão geográfica da região Norte as questões como: transporte, saúde, educação e, principalmente, a presença física do Estado deve revelar originalidade na proposta e na inovação da política pública, de forma mais intensa quando comparada com as demais regiões do país. Neste ambiente o experimentalismo é regra, não exceção.

Transcrevo documento produzido no Ministério da Ciência e Tecnologia , por entender, que merece destaque: “A região Norte do Brasil é uma questão global, regional e, sobretudo, nacional. Como tal, o desafio de promover o seu desenvolvimento é uma questão de Estado, a ser debatida pelo governo e por toda a sociedade do País. À Ciência, Tecnologia e Inovação cabem contribuições cruciais no enfrentamento desse desafio.

O modelo de desenvolvimento buscado para esta região é desafiador, inovador e único. Nesta região ainda é possível a concepção de um modelo de produção e consumo sustentável dos recursos naturais que permita não somente o desenvolvimento social e econômico da região, mas também a conservação da natureza e da cultura dos povos que nela habitam. Esse modelo deve responder às exigências das sociedades brasileira e internacional quanto à mitigação dos problemas ambientais que afetam a Terra

A situação contextualizada, de forma breve, exige do governo federal um

agressivo plano de ações e planejamento, de forma a promover o avanço socioeconômico da região Norte. Uma vez que, a capacidade da região Norte de produzir riqueza e bem estar com qualidade de vida, se presta ao todo da sociedade brasileira.

Enquanto isso, as demandas do mercado global por água, energia, alimentos, biocombustíveis e fármacos, bem como a crescente preocupação mundial com os riscos para a humanidade decorrentes de práticas ambientais destrutivas, aumentaram a importância geopolítica da Amazônia e de seus recursos naturais. Grandes investimentos em infra-estrutura, energia e exploração mineral na região estão previstos para realização no curto prazo, o que acrescenta ao desafio de um novo padrão de desenvolvimento a questão temporal da urgência. Somente a atribuição de valor econômico à Floresta em pé permitirá a ela competir com outros usos que pressupõem sua derrubada ou degradação, e somente C,T&I poderão mostrar o caminho de como utilizar o patrimônio natural sem destruí-lo.

O patrimônio natural Amazônico e os serviços ambientais por ele prestados devem ser vistos como base para uma verdadeira revolução da fronteira da ciência, que deverá prover a harmonia entre o desenvolvimento regional e a conservação ambiental. A utilização racional dos vastos recursos naturais da Amazônia deve ser incorporada definitivamente às estratégias de desenvolvimento nacional.

Neste contexto, a Amazônia brasileira surge como um importante pólo de atração política, de oportunidades econômicas e de integração com seus vizinhos. O Brasil dispõe de um complexo sistema de ciência & tecnologia que gera crescentes oportunidades e múltiplas possibilidades de ações. Esforço político deve ser feito no sentido de se estreitar laços com os países vizinhos, de forma a se buscar explorar vantagens competitivas regionais que permitam o alavancar do processo de desenvolvimento.

A importância econômica e social do rico patrimônio natural da região representa um gigantesco potencial científico, econômico e cultural, cuja

transformação em riqueza está intrinsecamente relacionada à disponibilidade e geração continuada de conhecimentos e tecnologias adequadas, que possam ser aplicados por uma força de trabalho capacitada para entender e lidar com esses conhecimentos e tecnologias. Para a maioria dos países, os benefícios de C&T são tradicionalmente derivados não apenas de novos conhecimentos, mas da utilização do conhecimento já produzido, traduzido em bens e serviços".

A missão do IPEA é: "***Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro***".



Os eixos acima descritos revelam a necessidade da participação coletiva e uma abordagem multidisciplinar de todas as diretorias do IPEA.

O Plano Amazônia Sustentável – PAS e o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC são programas que norteiam os objetivos do governo federal para a região Norte. O IPEA através do seu escritório regional deve atentar para o avanço e aplicação desses dois grandes planos de ação. Antecipar tendências de problemas ou de soluções, por exemplo, nas consequências de ordem social que afetaram os municípios limítrofes das obras do PAC.

O Programa “Território da Cidadania” é outra política pública que merece acompanhamento na região Norte, seja pela experiência de matricilidade das políticas públicas e avaliar seu desdobramento.

A integração entre os planejamentos e a disponibilização dos recursos financeiros entre os entes públicos é outra tarefa importante para à atuação do escritório da região Norte.

7. OBJETIVOS

7.1. GERAL:

Desenvolver estudos, pesquisas e notas técnicas no campo das políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento socioeconômico com respeito ao meio ambiente da região Norte, de forma compartilhada com os entes: públicos e organizações civis da sociedade, da região Norte.

Uma maior integração do IPEA com os órgãos públicos de pesquisas e de realização das políticas públicas da região, também com o objetivo de coletar subsídios ao centro decisório do Poder Executivo, com informações e descrição das alternativas para o instante de formular e implantar políticas públicas para a região Norte, bem como, no ato do planejamento de médio e longo prazo. Ambas visam proporcionar uma maior eficiência das políticas públicas e o desenvolvimento nacional nos campos socioeconômico.

Servir como ponta de lança do IPEA na identificação do conhecimento gerado pelos centros de pesquisas públicos e privados da região Norte, bem como, produzir pesquisas e informações que colabore com o acompanhamento

e a monitoração das políticas públicas da região.

De acordo com o objetivo geral do Projeto

6.2. ESPECÍFICOS:

- Promover ações descentralizadas na região Norte, no sentido de recolher informações e dados para a formulação de diagnósticos sub-regionais mais precisos em cada Estado;
- Realizar estudos e pesquisas em parceria com instituições de pesquisa regionais e nos Estados, a exemplo dos órgãos integrantes da Rede ANIPES na região Norte, as Universidades Federais (Fundação Universidade Federal do Acre – UFAC, Instituto Federal do Acre, Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Instituto Federal do Amapá – IFAP, Fundação Universidade Federal do Amazonas – FUA, Universidade Federal do Pará. – UFPA, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Fundação Universidade Federal de Roraima - UFRR), Universidades Estaduais (Universidade Estadual do Saber Tradicional da Amazônia, Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Estadual do Amapá, Universidade do Estado do Pará, Universidade Estadual de Roraima, Fundação Universidade do Tocantins) outros órgãos Estaduais (Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN-AC, Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro – SEPLAN – AP, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Tesouro – SEPLAN – AM, Secretaria Executiva de Estado do Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF - PA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN – RR, Secretaria do Planejamento do Estado do Tocantins – SEPLAN - TO) e outros órgãos de ação regional como o Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), a SUDAM, o BNDES, Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento – CONSEPLAN; o Programa do Trópico Úmido – PTU; o documento da Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia – CORPAM; o Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação – PNOPG; o Programa Norte de Interiorização – PNI; o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal – PIUAL; e o fórum das Universidades da Amazônia – UNAMAZ, entre outros;

- Promover a articulação de saberes e conhecimentos, por meio de reuniões de trabalho (*workshop*), seminários e outros meios, entre governo, instituições de pesquisa e sociedade civil, para a discussão de um projeto regional de desenvolvimento participativo e inclusivo;
- Construir e fortalecer as redes de pesquisa regional, a partir daquelas já existentes no IPEA (Proredes, Rede ANIPES, por ex.), para a identificação de estratégias e formulação de propostas para o aperfeiçoamento da política regional.
- Desenvolver e transferir metodologia IPEA a fim de formular análise de conjuntura econômica e social da região norte, estado por estado e grandes municípios;
- Construir, de maneira compartilhada e com transferência de metodologia IPEA, indicadores estaduais e regionais relevantes, que garanta uma uniformidade de informações e análises conjunturais;
- Acompanhar o comportamento de variáveis estratégicas, tais como investimento, emprego, comércio interestadual, interregional e internacional.
- Identificar, avaliar e propor a implantação de experiências inovadoras no campo da execução da políticas públicas e do funcionamento das instituições públicas e sua relação com a sociedade.

8. METODOLOGIA

- Seleção e sistematização de toda informação disponível sobre a região Norte, nas suas várias escalas, municipal, micro e meso regional, estadual e macro regional;
- Análise e diagnóstico construído com os institutos locais da situação recente da região, em várias escalas;
- Interação com as forças da sociedade: civil, pública e acadêmica nacional e dos países fronteiriços da região Norte. Estimulando e provocando o debate

para o encontro das propostas programáticas factíveis no curto, médio e longo prazo.

- O método pretendido é o interativo e investigativo junto às forças vivas da sociedade, para que se produza um mínimo de consenso dos caminhos a se seguir para o maior desenvolvimento com maior celeridade da região Norte do Brasil;
- Análise dos resultados empíricos e modelísticos, de forma a contribuir e subsidiar na adequação e utilização de instrumentos e mecanismos de ação pública na região, como exemplos: Plano de Desenvolvimento Regional, Agência Regional de Desenvolvimento (SUDENE), Fundos Regionais (FNE, FDNE), Agentes financeiros públicos (BNB, BNDES), entre outros.

9. ETAPAS DE ATUAÇÃO

Ano I:

Etapa I (março): Belém (capital), Ananindeua, Castanhal, Parauapebas, Abaetetuba, Itaituba, Cametá, Bragança, Breves, Santarém, Altamira, Marabá e Bragantina.

- Discussão de TR e Plano de Trabalho 2010 (IPEA): ajustes e avaliação das demandas específicas do Estado do Pará.
- Oficina de Trabalho: definição de temas, prioridades e contraparte.

Etapa II (abril): Demais Estados

- Apresentação do Plano de Trabalho 2010 do IPEA e deslocamento para todos os Estados da região, para reuniões de trabalho com instituições públicas e entidades civis organizadas locais, com o objetivo de identificar os temas de interesse destes estados construídos com a efetiva participação da sociedade.

Amazonas: Manaus (capital), Coari, Manacapuru, Tefé, Parintins, Tabatinga e Itacoatiara.

Acre: Rio Branco (capital), Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Tarauacá.

Amapá: Macapá (capital) e Santana.

Tocantins: Palmas (capital), Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e Paraíso do Tocantins.

Rondônia: Porto Velho (capital), Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal.

Roraima: Boa Vista (capital), Amajari, Alto Alegre, Rorainópolis, Mucajá e Caracaraí.

- Oficina de Trabalho (abril): definição de temas, prioridades, divisão de trabalho e contrapartes institucionais.

- Propostas de estudos, pesquisas e atividades (até dez 2010).

- Seminário (maio): apresentação das entidades parceiras e das primeiras propostas de trabalho.

Etapa III (maio-jun): Consolidação Parcial (1º semestre)

- Elaboração de estudos preliminares estaduais.

- Seminário (Jun): diagnóstico regional e apresentação de propostas preliminares para a Agenda Norte Nordeste 2022 (1º relatório semestral - parcial)

Etapa IV (6 meses – 2º semestre – jul/dez): Novas Rodadas de Trabalho e Consolidação Final

- Novos deslocamentos aos Estados, para reuniões de trabalho e acompanhamento dos trabalhos estaduais (ago).

- Oficinas de Trabalho (set-nov): novas rodadas de apresentação de trabalhos com os Estados.

- Seminário (Dez): Relatórios Finais dos Estados e consolidação final = Livro: Norte 2022: uma Agenda de Desenvolvimento Regional a partir dos Estados.

Ano II:

- Médio Prazo: Adequação das propostas plurianuais do Norte aos PPA Federais: 2012-15, 2016-19 e 2020-23.
- Longo Prazo: Convergência das realidades e planos estaduais com a Proposta da Agenda Nacional de Desenvolvimento (Brasil 2022).

10. LINHAS DE PESQUISA A SEREM DESENVOLVIDAS DE ACORDO COM AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS

As duas linhas de pesquisa propostas no TR original devem ser observadas em acordo com projetos do IPEA, como aqueles da Rede IPEA/ANIPES:

- 1^a) A Visão do Norte da Política e do Planejamento Nacional do Desenvolvimento Regional;
- 2^a) Instrumentos para o Desenvolvimento Regional: como conciliar políticas sociais e econômicas: trata-se de propor uma adequação dos instrumentos de políticas sociais e econômicas disponíveis, para o contexto social, ambiental e econômico específico da região Norte: RIDE, Consórcios Municipais.

11. EIXOS TEMÁTICOS RELACIONADOS COM AS LINHAS DE PESQUISA.

As linhas de pesquisas estão relacionadas com todos os 7 (sete) eixos temáticos para o desenvolvimento nacional definidos pelo IPEA.

12. PRODUTOS ESPERADOS

De acordo com o cronograma apresentado, os produtos esperados são:

- 26 Relatórios (1 parcial por mês e 2 finais, a cada ano);
 - 8 Notas Técnicas (1 NT a cada 3 meses) e 8 Textos para Discussão (4 por ano) e 6 Artigos (3 por ano);
 - 2 Livros (1 ao final de cada ano).

13. CRONOGRAMA FÍSICO

14. CRONOGRAMA ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO/ANO

Ações/Ano	Valores	Quantidade	Total Projeto
1. Workshop (w) e Seminários (s)	5.000,00 (w) 10.000,00 (s)	4	30.000,00
2. Deslocamentos regionais	400,00	30	9.000,00
3. Material de consumo e despesas com manutenção			6.600,00
4. Despesas com comunicação e dados			2.400,00
Total Geral do projeto (previsto na Chamada de Seleção Interna IPEA (item 10.1))			48.000,00*
Passagens Aéreas e Diárias (Anexo I)			41.558,50
TOTAL GERAL			89.558,50

Brasília, 02 de março de 2010.

Guilherme Augusto Vicenti Dias

De acordo, encaminhe-se a Diretoria Colegiada para aprovação.

DENISE LOBATO GENTIL
Diretora Adjunta de Estudos Macroeconômicos

Conforme previsto no item 16.2 da chamada de seleção interna Anexo da Portaria nº 300, de 15/10/2009, a Diretoria Colegiada delibera pela aprovação do presente Plano de Trabalho.

Brasília, 04 de março de 2010.

MARCIO POCHMANN
Presidente

ANEXO I - ESTIMATIVAS DE GASTOS COM DESLOCAMENTO (PASSAGENS AÉREAS E DIÁRIAS)

VISITA AS CAPITAIS						
Trechos¹	Passagem²	Diárias			Adicional de Embarque	Total
		Qtde	Valor unitário	Total		
Brasília - Belém	414,00	2	239,70	479,40	95,00	1.230,10
Belém - Manaus	409,00	2	267,90	535,80	95,00	1.309,70
Manaus - Rio Branco	589,00	2	239,70	479,40	95,00	1.405,10
Rio Branco - Porto Velho	309,00	2	239,70	479,40	95,00	1.125,10
Porto Velho - Palmas	559,00	2	239,70	479,40	95,00	1.375,10
Palmas - Macapá	409,00	2	239,70	479,40	95,00	1.225,10
Macapá - Boa Vista	409,00	2	239,70	479,40	95,00	1.225,10
Boa Vista - Brasília	748,00			-		748,00
Total	3.846,00	14	1.706,10	3.412,20	665,00	9.643,30
VISITA AOS MUNICÍPIOS						
Brasília - Belém	598,50	2	239,70	479,40	95,00	1.414,60
Pará - 8 municípios		24	239,70	5.752,80		6.016,50
Belém - Brasília	598,50		239,70	-		838,20
SubTotal	1.197,00	26	719,10	6.232,20	95,00	8.269,30
Brasília - Manaus	598,50	2	267,90	535,80	95,00	1.499,20
Amazonas - 6 municípios		18	267,90	4.822,20		5.108,10
Manaus - Brasília	598,50			-		598,50
SubTotal	1.197,00	20	535,80	5.358,00	95,00	7.205,80
Brasília - Rio Branco	598,50	2	225,60	451,20	95,00	1.372,30
Acre - 4 municípios		8	225,60	1.804,80		2.038,40
Rio Branco - Porto Velho	309,00	2	225,60	451,20	95,00	1.082,80
Rondônia - 3 municípios		6	225,60	1.353,60		1.585,20
Rio Branco - Brasília	598,50			-		598,50
SubTotal	1.506,00	18	902,40	4.060,80	190,00	6.677,20

VISITA AOS MUNICÍPIOS (Cont.)						
Treichos ¹	Passagem ²	Diárias			Adicional de Embarque	Total
		Qtde	Valor unitário	Total		
Brasília - Palmas	314,00	2	239,70	479,40	95,00	1.130,10
Tocantins - 3 municípios		6	225,60	1.353,60		1.585,20
Palmas - Macapá	567,50	2	239,70	479,40	95,00	1.383,60
Amapá - 3 municípios		6	225,60	1.353,60		1.585,20
Macapá - Boa Vista	929,50	2	239,70	479,40	95,00	1.745,60
Roraima - 3 municípios		6	225,60	1.353,60		1.585,20
Boa Vista - Brasília	748,00					748,00
SubTotal	2.559,00	24	1.395,90	5.499,00	285,00	9.762,90
TOTAL						31.915,20
TOTAL GERAL						41.558,50

¹ A ordenação dos trechos é previsão para efeito de estimativa de preços de passagens áreas e diárias.

² Valores médios, sujeitos a alteração de acordo com a data.